

# Conversas da Casa Comum

Leida Rijnhout: “A Declaração de 2022 deve incluir um compromisso político de todos os Estados para estabelecer um quadro de governação e direito ambientais com princípios, indicadores e um forte sistema de monitorização”

**KIMBERLY WHITE**

The Planetary Press

## Conversas da Casa Comum

Leida Rijnhout, especialista holandesa em justiça ambiental e associada do Stakeholder Forum for a Sustainable Future

Bem-vindos às Conversas da Casa Comum a Caminho de 2022. Hoje temos a companhia de Leida Rijnhout, especialista holandesa em justiça ambiental e associada do Stakeholder Forum for a Sustainable Future. Tem mais de 30 anos de experiência em cooperação internacional para o desenvolvimento e sustentabilidade. Durante muitos anos coordenou a comunidade global de ONG para que se envolvessem ativamente nos processos das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e ambiente. Por essa razão, esteve fortemente envolvida na preparação da Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável em 2002 (Joanesburgo), na Cimeira Rio+20 em 2012 (Rio de Janeiro) e no desenvolvimento da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2030. E foi a representante das ONG ambientais na OCDE. Foi ainda diretora de Políticas Globais e Sustentabilidade no European Environmental Bureau (EEB), e desde 2016 é coordenadora do programa Resource Justice and Sustainability na Friends of the Earth Europe. É também membro do Grupo Diretor de Alto Nível da Parceria Europeia para a Inovação em Matérias-Primas. Leida Rijnhout promoveu uma ampla aliança de ONG, a SDG Watch Europe, onde é membro da direção. Como representante desta aliança, é também membro da Plataforma Multilateral da UE sobre a aplicação da Agenda 2030, presidida pelo vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans.

## **1/ O que é o Stakeholder Forum for a Sustainable Future e o que pretende realizar?**

É uma organização internacional sem fins lucrativos que tem como objetivo reforçar a tomada de decisões aberta e transparente a todos os níveis. Para isso, apoiamos organizações da sociedade civil ao darem o seu contributo em vários processos de tomada de decisão a nível governamental e da ONU. Somos uma espécie de ponte entre os processos oficiais e grupos da sociedade civil e também um grupo de peritos e consultores que trabalham em equipa e têm vários projetos.

## **2/ Pode falar-nos do seu trabalho em facilitar as reuniões da sociedade civil para coordenar a sua contribuição para promover um Quadro Global para a Governação e Direito Ambientais na ONU?**

Tenho décadas de trabalho com organizações da sociedade civil para orientar e facilitar a sua participação nos processos da ONU. Quando a resolução 72/277 da Assembleia Geral das Nações Unidas foi adotada, os Estados-membros começaram a negociar um Pacto Global para o Ambiente. E existiam vários grupos de trabalho organizados. Os Estados-membros e a ONU ficam

sempre contentes por as organizações da sociedade civil darem o seu contributo. E porque as ONG têm frequentemente novas ideias muito brilhantes para ajudar este processo. Mas ficou claro que os Estados-membros ainda não estavam prontos para ter um Pacto Global para o Ambiente. Assim, depois de muitas reuniões, concordaram em continuar o processo, mas começarão primeiro com uma Declaração Política de Alto Nível em 2022. Isto significou um processo de auditoria orientado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e não pela Assembleia Geral da ONU. E mais uma vez as organizações da sociedade civil foram convidadas a dar os seus contributos para a declaração. Nesse sentido, há muitos grupos envolvidos neste processo.

Por isso, a minha tarefa é facilitar o processo e ter um contributo coordenado para os Estados-membros da ONU, para que saibam mais ou menos o que queremos como ONG. Assim, o próximo marco para nós é ter uma cimeira em outubro onde as organizações da sociedade civil se vão reunir e discutir que tipo de questões devem constar dessa Declaração Política de Alto Nível. Acho que a declaração tem de incluir compromissos dos Estados-membros para continuarem este processo, porque é claro que muitas coisas relacionadas com a governação ambiental e o direito ambiental já estão a acontecer. Mas ainda são pouco coordenadas do lado do PNUA e dos Estados-membros, ainda há muito trabalho a fazer. Por isso, tenho algum medo de que ainda não estejamos prontos para um consenso de todos em 2022. É por isso que pedimos que 2022 seja o arranque para os Estados-membros e o PNUA darem início a um processo mais longo para negociar um pacote completo que leve a um enquadramento global sobre governação e direito ambientais. É este o nosso objetivo atual.

### **3/ Mencionou que os Estados-membros estavam inicialmente hesitantes quando esta questão foi introduzida pela primeira vez. Porquê?**

Quando as pessoas ouvem a palavra pacto, tendem a dizer "não o queremos". Ainda temos muitos países que não são absolutamente a favor de qualquer obrigação legalmente vinculativa ou mesmo acordos internacionais não vinculativos. Temos visto os problemas com o Acordo de Paris. É por isso que era difícil ter os países no mesmo caminho.

### **4/ Como pode a sociedade civil influenciar os Estados-membros a tomarem medidas concretas sobre questões ambientais tais como alterações climáticas, perda de biodiversidade ou degradação ambiental?**

Há muitas coisas que a sociedade civil pode fazer, mas vou limitar-me a uma sobre uma campanha por um enquadramento global para a governação e o direito internacionais. Porque é a chave

para fazer todas as outras coisas. Não nos podemos mais dar ao luxo que o sector privado, as multinacionais ou os governos estejam num nível mais baixo onde não existe regulamentação ambiental, legislação ou governação, e onde podem danificar o ambiente onde quiserem.

Assim, precisamos de algo que seja global e que não nos guie apenas a nós, governos ou cidadãos, mas também ao sector privado. Já existe muita regulamentação sobre as condições de trabalho ou sobre saúde, tal como existe muita governação e legislação ambientais, só que estas não são coordenadas ou aplicadas. Não existem mecanismos de conformidade para ver se um país está a respeitar as leis ambientais que existem.

Por isso, estas questões devem ser tratadas pelo PNUA e pela Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA), porque todos os Estados-membros fazem parte deste processo e deveriam assumir a sua liderança. Eles têm de mostrar que estes são os únicos organismos dentro da ONU que têm o mandato para assumir a liderança na aplicação da governação e da legislação ambientais. Os Estados-membros também têm o seu papel, uma vez que estamos a falar do ambiente, de um bem comum, que não é uma propriedade privada, mas uma propriedade coletiva de todos. Para isso, precisamos de um quadro global de gestão, manutenção e proteção de todos os bens comuns, como o ar, o solo, a água nos oceanos, etc. Não há fuga possível, tem de ser a nível global que tudo deve ser organizado. Claro que a concretização é também a nível nacional, porque ainda temos leis nacionais sobre questões ambientais.

## **5/ Quando falamos de governação ambiental global com a sociedade civil, há muitas questões sobre o que isso significa e qual poderia ser o potencial benefício. Poderia desenvolver esta ideia?**

A governação global e o Estado de Direito é algo em que muitas sociedades civis não estão tão interessadas, porque trabalham mais em temas específicos, como poluição atmosférica, poluição plástica, alterações climáticas, etc. Mas também é importante ter um quadro que nos dá as regras de jogo para todas as coisas que estamos a fazer, digamos assim, na economia. É evidente que o mercado não vai pensar nisso porque trata mais da troca de serviços e bens e não está a autorregular-se. Alguns economistas acreditam nisto, mas vemos na realidade que não é assim. Por isso, precisamos de regulamentação do mercado, não só na governação, mas também na legislação. Porque ainda continua a ser um espaço de bens livres para muitas empresas usarem - o ar, a água e o solo - e danificarem.

Alguns países têm esta visão, mas em muitos países a mentalidade é: “Ok, isso dá azar”, porque é muito importante que as empresas estejam nesse espaço, porque criam empregos e crescimento económico, etc. Assim, até agora, o ambiente ou os bens comuns são vistos como gratuitos e disponíveis para todos, o que não é verdade. Porque se estamos a ultrapassar os Limites do Planeta, significa que estamos a provocar muitos efeitos negativos não só nas gerações futuras,

mas também na nossa própria geração.

Por outro lado, vejo que muitos impactos negativos do nosso modo de vida, especialmente no Norte Global, estão também no Sul Global. Isto significa que não estamos a organizar de uma forma justa a economia e os mercados. E por isso precisamos de regulação. E como a maioria das coisas já são transfronteiriças, precisamos de uma regulação internacional que é, a nosso ver, o quadro global para a governação e direito ambientais.

## **6/ As alterações climáticas e a perda generalizada da biodiversidade são sintomas de um problema subjacente: o nosso atual modelo de desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, a forma como vivemos, consumimos, importamos e produzimos, cria externalidades negativas "noutro lugar", tais como sobre-exploração de recursos, degradação das terras, pobreza, etc. No entanto, porque isto acontece "noutro lugar", temos esta mentalidade de "fora da vista, fora do espírito". Como podemos ir além desta mentalidade e sermos mais conscientes dos nossos impactos para além das fronteiras?**

Trata-se, de facto, de uma mentalidade. É importante que estejamos a tomar consciência da forma como consumimos e produzimos. Eu não culparia os consumidores por tudo. Está a tornar-se cada vez mais difícil para eles saber de onde os produtos vêm, como funciona toda a cadeia de produção, porque o processo está a tornar-se mais complexo. Mas não creio que seja necessário algum tipo de diploma universitário para ir ao supermercado e ver de onde vêm as coisas, de que são feitas, etc. Assim, sou muito a favor de nos concentrarmos do lado da produção. Temos de eliminar gradualmente todos os produtos insustentáveis, o que se pode fazer com regulação.

É a isso que chamamos edição da escolha. Isto significa, antes de mais, que todos os produtos que estão a danificar o ambiente devem ser muito mais caros porque uma das regulações que pretendemos ter é a internacionalização dos custos das externalidades no preço. Ou seja, queremos que os produtores compensem, ou, pelo menos, reparem os seus danos ambientais. Isto significa que os produtos insustentáveis seriam mais caros do que os produtos sustentáveis, quando hoje é o contrário. E também podemos pensar em proibir mesmo alguns produtos. Na Europa, a maior parte das normas sobre produtos estão relacionadas com os impactos pessoais na saúde. Por exemplo, o amianto é proibido por causar o cancro. Mas podemos tornar estas normas mais amplas: se um produto está a provocar alterações climáticas, por exemplo, então proibimos este produto, não entra no mercado.

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) tem metas definidas por país, região e setor sobre as emissões de CO<sub>2</sub>. Ora é possível ter um exercício semelhante sobre a

utilização de recursos naturais. Tenho estado a convidar o Painel Internacional de Recursos para elaborar cálculos sobre metas por país, por setor, sobre a quantidade máxima de recursos naturais que poderiam utilizar para várias produções. Isto é, as empresas, as maiores multinacionais, seriam obrigadas a utilizar menos recursos. Precisamos de políticas para manter a nossa economia dentro dos Limites do Planeta. É fundamental.

**7/ Concordo consigo sobre o nível de consciência do consumidor. É difícil saber de onde vêm muitos destes produtos e como foram produzidos. Muitas pessoas não sabem que o comércio internacional, por exemplo, tem estado ligado a 30% das ameaças globais das espécies, e muito disso pode ser atribuído aos consumidores em nações ricas porque, à medida que aumenta a procura de mercadorias produzidas nos países em desenvolvimento, a sua pegada de biodiversidade aumenta. E muitas destas ameaças relacionadas com a biodiversidade são mais elevadas entre os países do G20, devido ao consumo de produtos como o café, chá ou açúcar. Para os países desenvolvidos, aproximadamente 44% da sua pegada de biodiversidade pode ser ligada a coisas produzidas fora das suas próprias fronteiras nacionais.**

De facto, é muito importante ter isso em mente. É tão claro que o mercado internacional não está a regular-se a si próprio. É por essa razão que precisamos dessa regulação e governação internacionais. E é também muito importante, com um novo enquadramento da governação global, que os Estados se empenhem a ter ministérios do Ambiente, porque se vê cada vez mais países a abolir o cargo de ministro do Ambiente, o que me parece muito mau. Também na Europa há países que tentam integrar esse ministério noutros, como o Ministério das Infra-estruturas, o Ministério do Ordenamento do Território, etc., ou limitá-lo apenas à energia e ao clima, em vez de terem um Ministro do Ambiente generalista. Para termos uma dimensão internacional e ambiental para tão grandes desafios, não creio que possamos dar-nos ao luxo de acabar com os ministros do Ambiente. Por isso, se tivermos institucionalizado a proteção ambiental no nosso país, em toda a sua estrutura de governação, temos uma melhor garantia de que é assumida.

## **8/Nos EUA temos a Agência de Proteção Ambiental.**

**Infelizmente, como os funcionários eleitos vêm e vão ao longo dos anos, existe sempre uma oportunidade para o próximo governo reverter as proteções ambientais, o que é frustrante. Portanto, tem de haver realmente um sistema de contabilidade para proteger o ambiente capaz de resistir a mudanças na narrativa ou no interesse políticos. Como o mundo começa a recuperar da pandemia da Covid-19, muitos governos estão concentrados em regressar ao “business as usual” e não se aperceberam do potencial das soluções baseadas na Natureza para desenvolver as suas economias. O Banco Mundial divulgou recentemente o seu relatório sobre economia e Natureza e concluiu que a Humanidade está completamente dependente da Natureza para a sua sobrevivência, bem-estar e prosperidade económica. E se continuarmos a pressionar os ecossistemas, estes vão chegar a um ponto de viragem irreversível, o que pode levá-los a mudar para um novo estado ou a colapsar por completo. Este colapso poderia resultar num grave declínio económico de quase 3 biliões de dólares por ano no PIB mundial em 2030.**

Sem dúvida, e os custos da não ação são também bastante elevados. A proteção do ambiente era vista como uma espécie de luxo. Quando se tem tudo pode-se tentar proteger o ambiente, mas é o contrário que tem acontecido, embora sejamos totalmente dependentes dos ecossistemas e do ambiente. Se começarmos a destruí-los, não podemos ter economia. Depois de muitos anos, os sindicatos concluíram que não há empregos num planeta morto. Por isso, também fizeram essa mudança de mentalidade de que proteger a Natureza e o ambiente é tão importante como proteger os empregos.

## **9/Em 2019, o relator especial da ONU sobre Pobreza Extrema e Direitos Humanos, Philip Alston, disse que, apesar de contribuírem apenas com uma pequena fração, os países em desenvolvimento "suportarão o peso das alterações climáticas" num mundo que está em risco de um cenário de "apartheid climático". Como temos visto nos últimos anos, há um apelo crescente à justiça climática em todo o mundo. Como pode a Declaração de 2022 contribuir para a luta pela justiça climática?**

Bem, primeiro, gostaria de falar sobre justiça ambiental e não apenas sobre o clima. Na maior parte da minha vida trabalhei nos recursos naturais e não tanto nas alterações climáticas. Mas penso que a declaração ajudaria a justiça ambiental, porque hoje vemos que há mais danos ambientais do que o necessário que são feitos no Sul Global. A exploração mineira é frequentemente na América do Sul porque, como é óbvio, tem mais recursos naturais, mas também é mais fácil para uma empresa mineira fazer negócios lá porque as regulações ambiental e social não são assim tão pesadas. Se tivermos um campo de jogo de nível para todas as coisas que estamos a fazer, quer estejam relacionadas com produtos químicos, mineração, emissões de CO2, etc., e se isto for o mesmo para todos os países, teremos mais justiça ambiental porque as leis são as mesmas. Além disso, as empresas utilizarão melhor a tecnologia do que no Sul Global – algo que ainda não vimos. Se compararmos explorações mineiras na Europa com explorações mineiras no Congo, por exemplo, há uma enorme diferença porque as empresas não usam aqui a melhor ou a mais limpa tecnologia para retirarem os recursos de que necessitam.

Ter as coisas no papel não é suficiente, ter uma declaração não é suficiente porque é apenas um pedaço de papel e boas intenções onde os Estados-membros dizem: "Muito bem, é isto que queremos". É por isso que estou interessada que nessa Declaração de Alto Nível já esteja um compromisso político dos Estados-membros da ONU a iniciar um processo dentro de três a quatro anos, em que possamos negociar um enquadramento global para a governação e o direito ambientais. Fizemos mais ou menos o mesmo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Cimeira do Rio+20 em 2012. Os Estados-membros comprometeram-se a iniciar um processo de desenvolvimento e estabelecer a Agenda 2030. Três anos mais tarde, em 2015, tínhamos a agenda de 2030 com os 17 ODS. Tem princípios, metas, indicadores, etc.

Isto é algo que temos em mente agora, mas especificamente em matéria de governação e direito ambientais. Claro que estão relacionados com os ODS, mas precisam de um enquadramento autónomo de institucionalização no seio dos governos. Assim, teríamos três anos para negociar com os Estados-membros da ONU e a sociedade civil um quadro global que teria, tal como os ODS, princípios, objetivos, metas, meios de realização, desenvolvimento de tecnologia ou transferência de conhecimentos, reforço de capacidades, tendo uma melhor visão de onde pode



vir o financiamento, dos indicadores e da monitorização do processo. Já existe muita regulação no direito ambiental internacional, acordos multilaterais, mas o que muitas vezes falta é a sua aplicação, o seu cumprimento. Portanto, isto precisa de mais atenção e é o que pretendemos na Declaração Política de Alto Nível. Uma vez que tudo esteja no seu devido lugar, será um passo no sentido de alcançarmos mais justiça ambiental.

## **10/Obrigada, Leida. Antes de terminarmos, o que pensa que deveria ser incluído no Projeto de Declaração da Sociedade Civil que será discutido na Cimeira Estocolmo+49, para ser uma verdadeira mudança de jogo?**

Um compromisso político de todos os Estados-membros e do PNUA para se iniciar um processo nos próximos três a quatro anos que estabeleça um quadro de governação e direito ambientais, que inclua princípios, objetivos, metas, meios de desenvolvimento de indicadores e um forte esquema de monitorização para os progressos realizados em cada país. Quando tivermos isto, teremos conseguido o primeiro passo para um mundo melhor, porque teremos mais condições para governos e empresas manterem, protegerem e gerirem os nossos bens comuns e o nosso sistema ambiental neste planeta.